

Para além da propriedade rural: a importância da reforma agrária como solução ambiental para o bioma brasileiro

Beyond rural property: the importance of agrarian reform as an environmental solution for the brazilian biome

Bruna dos Santos
Mestranda em História das Ideias (UNISINOS)

Resumo: A análise proposta por este escrito tem a oferecer uma visão histórica social para os conflitos por terras que são um problema constante na política brasileira. As discussões sobre o tema são atemporais e caras, e prometem sempre se abster de contextos sociais que nos permitem enxergar muito além da propriedade rural como meio de produção. Dessa forma, enxergamos os reais problemas que o campo sofre, e a interferência massiva que o latifundiário oferece à economia, bem-estar e colaboram com catástrofes ambientais. Precisamos dar a devida importância para a Reforma Agrária a nível nacional, com efetividade. Não só porque redistribui as terras e proporciona subsistência ao pequeno e médio agricultor, mas porque o solo está sendo usado de forma indiscriminada e sem cuidados. As matas vêm sendo destruídas e o indígena continua sendo expropriado de suas terras. A reforma deve ser vista além da política. Sua importância também se dá por se tratar de uma solução para viabilizar melhores condições de vida para a sociedade e o bioma brasileiro. Precisamos discutir sobre a sociedade de risco e as políticas públicas que o presente trabalho propõe.

26

Palavras-chave: Reforma Agrária; História Social; Sociedade de risco.

Abstract: The analysis proposed by this paper has to offer a social historical view of land conflicts that are a constant problem in Brazilian politics. Discussions on the subject are timeless, and always promise to abstain from social contexts that allow us to see far beyond rural property as a means of production. These open the eyes to the real problems that the countryside suffers, and to the massive interference that the landowner offers in the economy, well-being and environmental catastrophes. We need to give due importance to effective Agrarian Reform at the national level. Not only because the redistribution of land provides subsistence for small and medium farmers, but because the soil is being used indiscriminately and without care. The forest has been destroyed and the indigenous people have been expropriated from their lands. The reform must be seen not only as a public policy, but as a solution to make better living conditions viable for society and the Brazilian biome. Therefore, it is necessary to discuss the risk society and the public policies that this paper proposes.

Keywords: Land reform; Social History; Risk society;

Este trabalho tem por objetivo trazer uma análise dos conflitos de terra e as consequências catastróficas para âmbito social e ambiental que o Brasil vem demonstrando sofrer nas últimas décadas. Em razão desse motivo, foi preciso uma análise sociológica embasada em autores que trabalham questões relacionadas a esse tema. Foram utilizados principalmente os pesquisadores Ulrich Beck, José de Souza Martins, João Pedro Stedile, Antônio Márcio Buainain e Paulo Schilling. Através dessa breve análise podemos averiguar os impactos que os conflitos por terras podem causar à sociedade. Para tanto, foi necessário conhecermos mais sobre tais conflitos. Essa perspectiva trouxe ao trabalho uma abordagem histórico-sociológica. Desse modo foi possível nos apropriarmos da História para calcar o estudo dentro de uma contextualização. Isso porque, os conflitos existem desde a colonização portuguesa no Brasil.

Foi preciso delimitar o período estudado ao século XX. Optamos por ele, pois dá conta de boa parte dos conflitos contemporâneos que até hoje reverberam em nossa sociedade. A História e as mídias de comunicação nos fazem conhecer os problemas que o Brasil (e o mundo) vem enfrentando na esfera ambiental. É importante abriremos as discussões tanto prática como teoricamente ao pensarmos em possíveis soluções, ou, de forma mais modesta, enxergar a realidade e ver além dos problemas ambientais, mas também políticos, econômicos e sociais que estão envolvidos.

Por meio de uma breve análise, a historiografia nos permite relacionar a forma como as terras latifundiárias foram adquiridas ao longo da História do Brasil. Sabemos que sesmeiros e posseiros obtiveram a propriedade privada de suas terras através da Lei de Terras de 1850. Essa lei foi redigida sob a base de teorias liberais, que efervesciam em pleno século XIX em países emergentes, como é o caso dos Estados Unidos. Para os yankees o processo aconteceu através de programas de governo que desapropriaram e redistribuíram massivamente as terras (sem ideal de lucro). Após a Guerra de Secessão (1865), houve uma necessidade desse tipo de representação. Haja vista que os industriários da região norte desejavam a expansão capitalista, facilitaram o arrendamento das terras. Esse modelo foi copiado no Japão no pós-Segunda Guerra.

Já no Brasil, a Lei de Terras de 1850 permitiu que a propriedade privada fosse legalizada, e que a compra dessas terras fosse, de fato, permitida. Dessa forma deixaram de pertencer ao Estado (que naquele momento era o Império Brasileiro) para existir a possibilidade de serem adquiridas por homens comuns. O privilégio, no momento da aquisição, era para aqueles que já estavam sob

a posse da terra, precisando apenas comprovar por meio de documentação obtida por um agrimensor, seu tamanho e localização.

Não nos estenderemos nessa parte, mas ora, quem teria condições financeiras de pagar pelos serviços profissionais de um agrimensor? Eram aqueles abastados. Os que estavam nas camadas mais altas da elite. Quem foram os homens que propuseram uma lei para benefício somente de uma parcela pequena da sociedade rural brasileira? Como consequência de uma lei elitista, liberal e excludente, muitos imigrantes, indígenas e alforriados precisaram vender sua mão-de-obra para esses homens. Criou-se assim uma classe de trabalhadores rurais sem a propriedade da terra. O número de proprietários era menor do que de trabalhadores. As extensões das terras eram cada vez maiores sob o mando de poucos.

Vale lembrar que os incentivos para uma nova Reforma Agrária, pensada em meados do século XX, não vislumbrou indígenas nem quilombolas. A questão conceitual ainda impede a formulação de políticas públicas que beneficiem esses grupos, diante da judicialização da territorialidade. Porém, mais que isso, é uma invisibilidade desses grupos quando o assunto é divisão de terras. O Brasil vive um sistema econômico que acima de tudo visa o lucro e a utilização da terra como pressuposto para aquisição. Esse enorme nó ainda não foi desatado, mesmo após tantas discussões pertinentes relativas a esse tema.

Por conta disso, existe a necessidade de realizar-se uma reforma na esfera agrária nos anos vindouros a formação da República Brasileira. O autor e estudioso do tema, João Pedro Stedile (2020) diz que:

A Reforma Agrária pode ser caracterizada como um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir.

Ao entrarmos nessa questão precisamos entender por que e quem quer uma Reforma Agrária. Existe um debate político e econômico que barra a realização da reforma. Quem define de que maneira a reforma deve ser realizada? Quem define quem deve ser beneficiado? Quem tem legitimidade para identificar quais as políticas públicas devem ser pensadas para essas comunidades, tanto indígenas, quanto quilombolas, quanto os pequenos agricultores? Mesmo mais de 100 anos após a Proclamação da República Brasileira temos muitas questões a serem resolvidas entendendo a importância para a distribuição das terras produtivas do Brasil. No país existem entre

os apoiadores da reforma e redistribuição de terras, dois grupos diferentes que se opõe. Um liderado por latifundiários, políticos, empresários e líderes religiosos. Esses desejam estar à frente da negociação para que seja realizada de maneira que lhes agrade. Ou seja, sem prejudicar seu capital, riquezas e poder. Para o latifundiário, a Reforma Agrária, constituiria na distribuição de terras, desde que não interferisse nas suas, ou que, o pequeno agricultor pudesse trabalhar a terra do latifundiário, com a finalidade de trazer resultados para o todo. Dessa forma, o proprietário receberia o lucro da terra, em troca de sua posse. É importante salientar que esse grupo não se preocupa com os riscos e impactos que pesam os seus empreendimentos. O pesquisador e sociólogo Ricardo Braga Brito diz que grandes proprietários e grileiros “viam na terra interesses especulativos e a constituição de áreas de turismo e/ou constituição de áreas habitacionais” (BRITO, 2021, p. 333).

O outro grupo é liderado por pequenos agricultores, movimentos sociais rurais e políticos de esquerda. Esses lutam pela redistribuição mais humanitária, visando a qualidade de vida e do meio ambiente. Aos poucos estamos vendo pesquisadores do meio acadêmico envolvidos e preocupados também com indígenas e negros representando-os de certa forma em suas discussões teóricas. As lideranças precisam unir forças para abarcar esse grande grupo que busca ser visto pelas políticas públicas brasileiras. Os dois grupos não se cruzam e fazem oposição.

Entre as formas de redistribuição de terras, o Brasil se enquadra no sistema de transferência por meio de decreto. Assim, de forma compulsória é entregue ao Estado, mediante indenização. Esse sistema dá ao proprietário maior liberdade para negociar os valores de compra e venda. Stedile (2020) diz que a possibilidade de confisco, no Brasil, só ocorre quando as fazendas são usadas para contrabando, narcotráfico ou plantio de psicoativos como, por exemplo, a maconha.

Ao longo da história do nosso país tivemos vários movimentos que lutaram em prol dos pequenos agricultores e sem terras. Alguns tiveram uma trajetória curta. Mas o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, O MST, é o que perdura na luta pela classe. Atualmente, ainda não temos uma Reforma Agrária consistente, que contribua, de fato, econômica e socialmente para o Brasil, e parece ter sido abandonada de vez.

Mas o que seria uma reforma justa? Primeiramente é importante definirmos o problema da grande propriedade: em 1849, o Tenente General Francisco José de Souza Soares e Andréa

(SCHILLING, 1963, p. 11), Presidente da Província do Rio Grande, na época, relatou a Assembleia Legislativa Provincial diz que:

Um dos grandes obstáculos que se tem oposto nesta Província ao desenvolvimento da Agricultura, e mesmo ao da População, é a existência de grandes fazendas, ou antes de grandes desertos, cujos donos, cuidando só, e mal, da criação, tem o direito de repelir de seus campos as famílias desvalidas que não têm aonde se conservar de pé.

... uns poucos fazendeiros sucessivos fazem deserta uma porção de terrenos maior do que a ocupada por alguns pequenos estados da Alemanha e as famílias pobres andam errantes a pedir abrigo a um ao outro, sem que alguém lhe valha.

Aqui estamos falando do século XIX. Período da história em que o Brasil vivia sob o regime político imperialista. Mas com a República as mudanças, nesse setor, não foram tão visíveis.

O MST nos informa que, no Brasil, são cerca de 350 mil famílias vivendo em terras conquistadas por meio das lutas da organização. Os assentamentos foram legitimados como solução para a redistribuição de terras. Mas ele não dá conta da maioria dos problemas sociais, ambientais e econômicos que ainda estão em aberto. Muitas famílias ainda lutam por seu espaço. Além disso, os assentamentos possuem poucas benfeitorias e infraestrutura, como por exemplo, há falta de saneamento, energia elétrica, educação, acesso a cultura e lazer. Para termos noção da importância do Movimento para a sociedade, recentemente saíram matérias em jornais importantes do país como Folha, Globo e BBC, que informam ser o MST o maior produtor orgânico no país, ou seja, sem uso de agrotóxico. Em meio à crise pandêmica do COVID-19, o MST manteve os preços de seus produtos, além de distribuir alimentos (mais de 5 mil toneladas) e marmitas nas periferias rurais e urbanas brasileiras, segundo o jornal Folha de São Paulo.

No livro, “O que é a Reforma Agrária”, Paulo Schilling (1963) cita pensamentos de filósofos, atores sociais e políticos, como é o caso do padre Lebreton, que diz que

A quem prejudico, dizes, guardando o que é meu? Dize-me: a que chamas de ‘teu’? De que fonte recebestes o que está a serviço da tua vida? Os ricos são como alguém que após reservar um lugar num teatro impedisse a entrada de outros, por considerar como seu bem próprio o que está destinado ao uso comum de todos.

Essas palavras demonstram como a Reforma Agrária visa o bem-estar e igualdade de direitos de todos, acesso as terras e seu uso. Seria um erro não perceber que a Propriedade Privada da terra só aumenta as desigualdades sociais e o empobrecimento econômico do país, já que em sua maioria são latifúndios. O autor trás, ainda, dados sobre a economia agrária brasileira da década de 1960, que não mudaram muito de lá para cá:

O monopólio da terra representa uma série de limitações ao desenvolvimento da agricultura. Dessas, sem dúvida, a mais importante é representada pela renda territorial paga pelos camponeses sem terra e mesmo por empresários capitalistas aos latifundiários.

Por isso, Joaquim Nabuco, nos explica qual o tipo de Reforma Agrária seria ideal para nosso modelo brasileiro. Para a sociedade rural, para a economia e para o controle desenfreado do colapso ambiental que o Brasil vive. Precisamos repensar essa estrutura, pois como disse Schilling (1963), “não há outra solução... senão uma lei agrária que estabeleça a pequena propriedade... É preciso que os brasileiros possam ser proprietários de terra e que o Estado os ajude a sê-lo”. Acrescentamos a esse trecho a importância de dar visibilidade aos indígenas e quilombolas.

Para Schilling (1963), a Reforma Agrária tem como principal propósito a democratização da propriedade. Permitir o acesso e fixação do homem a terra como proprietário. Ter em vista, principalmente, a difusão da pequena e média propriedade e cooperativas, para corrigir os aspectos negativos do minifúndio. Antes do Regime Cívico/Militar ditatorial que o Brasil viveu a partir de 1964, houve uma intensa luta pela reforma. Na época, governos estaduais, com o apoio de intelectuais de esquerda apresentaram projetos que manifestavam desejo dessa mudança. Sabemos que o mundo passava por um pós-Guerra. O medo do Comunismo efervescia. Por conta disso, falava-se nos jornais, que a Reforma seria um ato ideológico, associado à União Soviética e a China. Virou uma luta entre opositores políticos. É importante contextualizarmos esse processo, para podermos avançar na discussão.

Atualmente o mundo está passando por intensas transformações. As tecnologias mudam constantemente e se renovam. O planeta urge por mudanças no pensamento social que se oponham a destruição ambiental. Através de políticas neoliberais, destrutivas e excludentes, muitos países são responsáveis pela manutenção do fim do seu bioma. Como é o caso do Brasil. Temos um

histórico de apropriação por parte de latifundiários. O resultado do uso da terra de maneira compulsória é devastador e vem causando alerta máximo nos especialistas ambientais.

A partir daqui daremos a devida notoriedade aos estudos de Ulrich Beck (2011), e seu clássico “Sociedade de Risco”. A distribuição de terras, para além da pequena e média agricultura, vem cada dia mais destruindo a biodiversidade brasileira. A um custo provavelmente irreversível. E, como Beck (2011) fala “o processo de modernização torna-se ‘reflexivo’, convertendo-se a si mesmo em tema e problema”. Estamos, atualmente, na iminência de um colapso e a probabilidade do planeta não suportar mais a nossa demanda. Em entrevista recente, Ana Chã, do coletivo de cultura do MST, diz que,

A maneira de trabalhar a terra e repensar as conexões entre campo, ser humano e cidade integra o pensamento adotado oficialmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, desde 2007. "A redistribuição de propriedade é algo central, mas nos assumimos como produtores de comida e passamos a aprofundar experiências agroecológicas que eram mais isoladas. É um modo de produção que nos permite repensar a vida".

Um bom exemplo do problema causado pela modernização foi o Acordo do Trigo Americano, realizado pelo governo de Jucelino Kubitschek. Sua meta de desenvolvimento era o crescimento industrial. Em seu governo a produção do setor cresceu 80%, com destaque para o aço, mecânica, elétrica e comunicação. Essa expansão industrial gerou, com a concentração de capital, a entrada de empresas multinacionais no país. Deixou poucas oportunidades para o pequeno capital interno. Um dos problemas apontados pelas autoridades gaúchas do período seria o fato do trigo estar podre, colhido em 1952 e vendido ao Brasil em 1956, ou seja, impróprio para a panificação. Além disso prejudicou o acordo que o país tinha com a Argentina e Uruguai levando ao afastamento desses exportadores e fim da parceria. Com o plantio do trigo interno recebendo interferências das importações de insumos, o setor entrou em crise e a dívida externa se tornou um grande problema para a economia do país por muitos anos. Em seu trabalho sobre o desenvolvimento agrário do período, Israel Gil da Silva Mendonça (2016) fala sobre alguns desses problemas:

A industrialização também gerou desequilíbrios regionais... a principal diferença entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil era a industrialização. Enquanto a

economia do Centro-Sul diminua a sua dependência em relação aos recursos externos, a partir de maiores investimentos em bens de capital e na ampliação dos mercados industriais, o primeiro caso, produzia pouquíssima renda monetária, dificultando as transações comerciais entre esse e o Sul, gerando a necessidade de capitais externos. O elevado aumento populacional tendia ainda a gerar retrocesso econômico.

As consequências catastróficas para o trabalho rural e o pequeno agricultor tornaram-se iminentes. Ou seja, os processos de modernização, que tem por objetivo sanar determinados problemas, acabam por causar outros riscos, como o desemprego, a miséria, e até mesmo a falta de instrução educacional suficiente aos trabalhadores da nova ordem de modernidade.

Na esfera rural, as dificuldades causadas por esses processos, sem a implementação de uma Reforma Agrária eficaz, acabam por marginalizar o pequeno e médio agricultor. Não à toa temos inúmeras famílias em situação de abandono pelas políticas públicas. A explicação que Beck nos traz é de que “começam a convergir na continuidade os processos de modernização as situações e os conflitos sociais de uma sociedade ‘que distribui riqueza’ com os de uma sociedade ‘que distribui riscos’” (BECK, 2011, p. 25).

Os riscos que a sociedade corre, refletem no meio ambiente. Os desmatamentos, e a destruição da nossa biodiversidade estão impactando vidas, não só no meio rural, mas também urbano. É de esperar o crescente aquecimento das temperaturas globais. Uma vez que a biosfera está sendo diretamente atingida pelas políticas econômicas de risco desenfreado do solo. Há uma industrialização forçada e o acúmulo de terras para servir ao agronegócio. E, para completar esse grupo de riscos, existe uma desumanização da agricultura familiar, que, possivelmente, traria resultados benéficos para todo o sistema fundiário, econômico e social do país.

Atualmente há um intenso trabalho para que o Brasil continue sendo um dos maiores exportadores mundiais de alimento. No começo da formação da República Brasileira não existiam tecnologias capazes de dar conta do clima tropical em que estamos inseridos. Mas fomos eficientes em desenvolver sistemas para corrigir o solo e sistemas produtivos adaptados aos trópicos. E mais, criar uma variedade de cultura comparada a países desenvolvidos. Os principais produtos são grãos, carnes, fibras, produtos florestais e frutas. E, mesmo assim, toda essa tecnologia não garante um futuro favorável. Alimentos básicos de qualidades e preços competitivos abastecendo o mercado interno se tornam importantes aliados econômicos para controlar o aumento de renda e crescimento

populacional. O mercado externo possui grande potencial por conta da diversidade de produtos e procura de todos os lados. No processo histórico da economia agrária brasileira viu-se a necessidade de abrir o mercado para venda externa, por causa do aumento de produção acima do necessário para o consumo interno.

Para além da questão econômica, o agricultor precisa conhecer problemas relacionados ao meio ambiente e questões sociais que incluem produção, transporte, processamento e comercialização. Tudo isso sob a implicação visando à vida e saúde humana. Estamos vendo um aumento da preocupação com o produto que está vindo para nossas mesas. Esse tipo de cuidado é recente, e vem sendo tomado por parte dos consumidores. Algo que há pouco tempo nem se pensava, até porque ainda persiste um discurso que sustenta o consumo excessivo de carnes, embutidos e industrializados, arraigado muito por empresas capitalistas e o agronegócio.

Outra grande preocupação dos tempos atuais é a preservação da fauna e flora, os recursos naturais e os diferentes biomas. Cada vez mais há uma pressão para a conservação devido ao aumento populacional e a má gestão pública. As catástrofes que vêm ocorrendo no Brasil trazem uma discussão pertinente junto aos problemas do aquecimento global. Os desmatamentos como atividade do agronegócio vêm pesando negativamente tanto interno quanto na política externa. Investidores, empresários e ativistas têm estado de olho no Brasil.

Há outro grande empecilho nos investimentos feitos no país: as denúncias de trabalho escravo. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no período de 1995 à 2020, em torno de 55 mil trabalhadores foram libertos de situações análogas a de escravidão em zonas rural e urbana.

Para estudiosos do tema, como Antônio Márcio Buainain (2020) uma das formas de transformar as relações *homem + capital = meio ambiente* seria por meio do apoio ao pequeno produtor. Para nossos estudos, seria esse o ponto principal em que entraria a questão da Reforma Agrária. O fato é que, os programas de governo a nível federal que vem sendo postos em prática ajudam, mas não resolvem os problemas. Ainda existem pequenos produtores e homens sem-terra, que buscam seu espaço para trabalhar. Como resolver essa questão sem abrir mão dos benefícios já adquiridos e, ao mesmo tempo preservando o bioma? Um dos grandes problemas da ausência de uma Reforma Agrária consistente diz respeito ao próprio capital que o agronegócio envolve. No final do século XIX, a mão de obra escrava foi drasticamente substituída pelo trabalhador livre.

Porém por parte do latifundiário não havia o preparo para essa substituição. Podemos concluir que as mudanças das relações de trabalho impactaram o social e econômico do setor rural. Teremos trabalhadores em situação muito próxima a escravidão, já que essas relações não eram capitalistas, como José de Souza Martins (2010) nos esclarece, e sim travada por questionáveis artifícios. Assim como o êxodo para as grandes cidades que estavam surgindo.

Existe no ato de ocupar as terras uma ação coletiva referente à luta pela terra. Trata-se sempre de uma organização que parte de camponeses, envolvidos nessa relação. Para Brito (2021), entre os desejos desses agricultores está à autonomia de produção e “de possibilidade de se estabelecer e garantir a reprodução material e social”.

É importante salientarmos que a divisão da terra e a Reforma Agrária não são problema que a humanidade vem sofrendo na contemporaneidade. Desde a criação do Estado temos embates pela terra e sua redistribuição. Historicamente temos miséria, desigualdade e uma multidão de pobres, mantidos pelo Estado. Em contrapartida, sempre houve um número reduzido de famílias que viviam no luxo. Sabemos pela História da Antiguidade que homens como Licurgo, Tibério Graco e Henrique VII, estiveram à frente dos ideais de distribuição de terras. Plutarco nos conta que Licurgo dividiu a terra entre os homens de sua sociedade. Como Paulo Schilling (1963) explica, esses passaram a viver “juntos num regime de absoluta igualdade e completa comunhão de bens”.

Já a lei que Henrique VII promulgou, dá conta da seguridade de seus cultivadores, e uma porção de terra suficiente para que os indivíduos usufríssem decentemente de bem-estar e vivendo de sua subsistência. Da forma que foi redigida os homens não estariam sujeitos a um regime servil. Isso diz muito sobre as diferenças que existem para cada período, época e sociedade. Permite-nos perceber que não existe a fórmula certa, e que ela deve ser adequada a cada sociedade. Mas que independente de como for feita, deve ser feita.

A importância da Reforma Agrária está, então, como já vimos, para prover e promover o bem-estar daqueles que vivem da agricultura. Principalmente os que vivem de maneira paupérrima na qual a terra é o único meio de vida. Também, muito além da propriedade, devemos analisar os riscos que o latifúndio traz a nível ambiental. Não há dúvidas de que a grande propriedade tem como objetivo o lucro capitalista. Não seria de todo mal se os problemas ocasionados pelo desenvolvimento desenfreado não trouxessem males aqueles que estão à margem, seja econômica ou socialmente.

Falar em desenvolvimento de um país é olhar para além do ganho econômico e enxergar as perdas que políticas públicas mal desenvolvidas podem trazer e condicionar os indivíduos a aceitar situações de miséria. Essas podem vir, não só pelo desemprego ou ausência de trabalho, mas pelas próprias catástrofes ambientais que atingem regiões inteiras, matando e destruindo tudo, por onde passam. Como no caso de Mariana e Brumadinho no Brasil. Acidentes que aconteceram com apenas três anos de diferença. As tragédias trouxeram impactos ambientais, inúmeras mortes e desabrigados. Os sites de imprensa brasileira dão conta de que há, no país, muitas barragens em situação crítica, prontas para se romperem. Não podemos normalizar catástrofes como essas. Em 2020 foi criada lei que estabelece a proibição de construção de barragens do tipo "a montante", usada em Brumadinho e Mariana. É um método usado em diques de contenção que se apoiam sobre o próprio rejeito depositado. A lei dá conta ainda de que todas as barragens construídas dessa forma devem ser desativadas até 25 de fevereiro de 2022. O problema não acaba por aí, porém é um passo dado a favor da vida. Mas ainda é preciso muito mais. Ora, uma boa solução seria condicionar o uso da terra. E uma dessas formas é distribuindo a terra para a pequena agricultura, que usa o solo de maneira mais consciente¹.

Muitos países pelo mundo a fora já passaram por esse processo. Cada um a sua maneira. Resta a nós entendermos a sua importância e como ela influencia significativamente no bem-estar social e econômico de uma nação. O desenvolvimento econômico não diz respeito somente à industrialização e existe a possibilidade de alcançarmos níveis mais altos dentro da esfera global quando todos se beneficiarem e as desigualdades diminuir. Para essa conclusão, basta olharmos a PL490 que vem sendo articulada na Câmara e Senado brasileiro. Vamos enxergar a lacuna existente entre o mundo capitalista e sua opressão constante. A vida de milhares de pessoas depende dos ajustes dessas leis para sua sobrevivência, e nesse momento, a preservação de espaços já estabelecidos. Ao permitir que as terras indígenas percam sua demarcação, já estabelecidas anteriormente, o Governo Federal abre caminho para a destruição desses grupos sociais e tiram mais uma vez a oportunidade para que camponeses recebam seu galardão de terras.

¹Infelizmente seria uma solução que não resolveria a questão da territorialidade indígena, ou quilombola, já que esses não usam e nem veem a terra da mesma forma. Para indígenas, por exemplo, a natureza está mais ligada às crenças e mitos e quase se integram a suas vidas. Natureza e homem são um só na cultura indígena. Para esses grupos a obrigação de trabalhar a terra é algo que não faz sentido.

A PL490 permite que homens não indígenas possam adentrar as aldeias sem autorizações prévias desses grupos, desrespeitando seus direitos. Com exceção de auxílio médico ou para intermediar ação estatal de utilidade pública, qualquer contato com o exterior pode ser o fim de uma comunidade indígena inteira. Na Constituição de 1988 existe a garantia de que grupos indígenas possam usufruir de seus usos e costumes. Por isso, se eles optam por não manter contato com os não indígenas, é totalmente aceitável pelas Leis do país. O Projeto de Lei está acabando com esse direito. Mas de maior gravidade é saber que a partir da aprovação dessa lei, indígenas terão que comprovar a ocupação das terras desde antes da promulgação da lei. Ora, vimos que em 1850, sob a Lei de Terras, algo semelhante aconteceu, e muitos desses indígenas foram expropriados e mortos por não terem acesso a meios legais para tal feito.

Dessa forma, destacamos a ausência de políticas que possibilitem a Reforma Agrária e que isso aumenta ainda mais o atraso ao desenvolvimento econômico do país. Além disso, e muito mais grave, as consequências na esfera ambiental só aumentam sua importância e urgência para serem resolvidos.

Conclusão

A Reforma Agrária, como Schilling (1963) disse, é algo que cada país deve encontrar o seu caminho para eliminar as contradições que barram o desenvolvimento de sua economia agrária. Isso nos diz que existe uma necessidade de se repensar as leis e políticas brasileiras. O autor Stedile (2020) corrobora a fala de Schilling quando diz que “o grau de importância ou de influência na luta internacional pela Reforma Agrária está presente de forma diferenciada em cada um dos países”. É preciso olhar as especificidades do solo, clima, flora e fauna. Além disso, pensar no camponês que ocupa essas terras. Como o solo está sendo usado? Pensar nesse homem que vive da terra para sobreviver e não como o empresário que vive em busca do capital como objetivo final. Ele olha só para si. Não enxerga além, porque não quer e porque não precisa. Esse olhar capitalista visa o desenvolvimento, lucro, exploração da mão de obra e do solo, e o enriquecimento de uma pequena parcela da sociedade. Já a Reforma Agrária visa o todo, independente da sua condição financeira. Vide as intervenções sociais que o MST vem fazendo nos últimos anos com alimentos de qualidade

por preços mais baixos que o do mercado. Tem ainda a redistribuição de alimentos e marmitas que estão solucionando brevemente a fome de quem está à margem da sociedade.

Já o empresário e latifundiário vai fundo em seus investimentos e ignora o meio ambiente. Desmata, constrói barragens, destrói o solo e não se preocupa com as consequências irreversíveis de seus atos. Na América Latina, o Brasil é o 17º colocado no índice de Reforma Agrária, sendo que a discussão que durou de 1985 a 2002 nunca foi significativa e se perdeu no meio de tantas outras pautas de igual urgência no país.

Para o nosso país, o sistema ideal de reforma seria o popular. Esse por sua vez, consiste na distribuição massiva de terras aos camponeses em um governo de natureza popular que mantenha aliança entre movimentos sociais e camponeses. Também contemplaria indígenas e quilombolas. Desses processos resultam reformas progressistas e populares que não necessariamente afetam o sistema capitalista. Na maioria dos países que esse processo foi posto em prática, perdura até os dias de hoje, mas em muitos deles ainda houve a interferência de fazendeiros desapropriados que recuperaram suas terras.

Porém ainda somos dependentes dos assentamentos rurais e da precarização que envolve esse sistema. Infelizmente milhares vivem sob esse regime e estão à margem da sociedade. Isso proporciona um sentimento de pertencimento a uma classe, haja vista que como tantos outros milhares de brasileiros das áreas urbanas vivem na extrema pobreza e não recebem a devida atenção do Estado. Muito por conta disso, o MST se volta às causas sociais e humanitárias, proporcionando produtos de qualidade e valor competitivo para os cidadãos brasileiros e distribuindo seu excedente com aqueles que não podem usufruir desses alimentos. O excesso de industrialização e mão de obra força a hipervalorizar os produtos vindos do agronegócio. Assim, aumenta o valor que o consumidor paga pelo produto final. Mercadorias vindas dos pequenos e médios agricultores tendem a ser limpo de agrotóxicos, o lucro do camponês é maior e o consumidor não vê tanta diferença no preço final.

Por tudo que foi falado nesse texto, é mais do que certo que a Reforma Agrária é necessária no nosso país. Primeiramente porque o campo é parte importante para milhares de vidas que dependem desse setor. Como produtores para sua sobrevivência e sua subsistência. Segundo porque através de uma redistribuição justa o bioma brasileiro passaria a ser menos prejudicado, o que permite uma qualidade de vida melhor para os cidadãos. Ajudaria na diminuição do uso de

agrotóxico e emissão de gás carbônico. A propriedade rural não é o ator principal e sim quem nela vive e usa seus recursos. Além disso, deixaria para indígenas e quilombolas seu direito de usufruir das terras que lhe são direitos. É preciso cobrar ação de políticos para que haja uma democracia em que as políticas públicas se tornem eficazes a todos os cidadãos e não apenas uma pequena parcela da sociedade brasileira.

Referências

BECK, Urick. *Sociedade de risco*. Rumo a uma outra modernidade. São Paulo – SP, Editora 34. 2ª edição, 2011.

BRITO, Ricardo Braga. Reconquista da terra: resistência e organização de camponeses ao final da ditadura empresarial-militar. Rio de Janeiro, RJ. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Junho a setembro de 2021, 332-354.

Como o MST se tornou o maior produtor de orgânicos do país. *GQ*, 21 de outubro de 2020. Em <https://gq.globo.com/Lifestyle/Poder/noticia/2020/10/como-o-mst-se-tornou-o-maior-produtor-de-organicos-do-pais.html>. Acesso em 08 de julho de 2021.

CONTINI, Elisio; ABEL, Pedro; BUAINAIN, Antônio Márcio; GRUNDLING, Roberta. Agro brasileiro em evolução: Complexidade e especialização. Rio de Janeiro, RJ. *Revista de Política Agrícola*. Ano XXIX, nº 3, Jul/Ago/Set. 2020.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo – SP: Editora Contexto, 2010.

MENDONÇA, Israel Gil da Silva. *Desenvolvimento, Agricultura e Reforma Agrária nas Visões de Celso Furtado e Roberto Campos (1950-67)*. Seropédica, RJ: 2016;

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Disponível em: <https://mst.org.br/> Acesso em 08 de julho de 2021;

MST contabiliza 5.000 toneladas de alimentos doados desde o início da epidemia de Covid-19. *Folha de São Paulo*. 07 de julho de 2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/07/mst-contabiliza-5000-toneladas-de-alimentos-doados-desde-o-inicio-da-epidemia-de-covid-19.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha. Acesso em 08 de julho de 2021.

MST: Você entende o que é esse movimento? *Politize*, 15 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/mst-voce-entende-o-que-e-esse-movimento/>. Acesso em 08 de julho de 2021.

SCHILLING, Paulo R. *O que é Reforma Agrária*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira S.A., 1963.

STEDILE, João Pedro. *Experiências históricas de Reforma Agrária no mundo*. São Paulo: Expressão popular. 1ª Ed. Vol 1, 2020.